



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | II Simpósio Educação, Formação e Trabalho

INCLUSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM ESTUDO NO NAPNEE DO IFMG – CAMPUS OURO BRANCO

Camila Nogueira¹
Gláucia do Carmo Xavier²

Resumo

O propósito deste estudo, que é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento no IFMG, é abordar inclusão escolar, no contexto da educação profissional e tecnológica (EPT), embasado nos preceitos de politécnica e omnilateralidade. A pesquisa está sendo desenvolvida no IFMG - campus Ouro Branco, e mais especificamente no Núcleo de Atendimento aos Alunos com Necessidades Especiais e Específicas (NAPNEE). Nesse sentido, propõe-se conhecer de perto seu trabalho e mapear o perfil dos alunos atendidos, além de verificar se as ações ali desenvolvidas estão em consonância políticas nacionais de inclusão, no âmbito da EPT. As técnicas metodológicas são a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa-ação. A pesquisa bibliográfica pretende levantar as legislações e conceitos pertinentes ao tema; já a documental busca verificar a condução dos procedimentos institucionais com os alunos já atendidos pelo NAPNEE. Por meio da pesquisa-ação, pretende-se aprimorar o potencial de eficiência, por meio de proposição de procedimentos e intervenções, do setor em estudo por meio de métodos como a observação dos atendimentos, participação ativa em reuniões e entrevistas com alunos e servidores. Até aqui, a pesquisa participou de várias reuniões para diagnosticar rotinas e demandas do NAPNEE. Os resultados provisórios indicam que há um longo caminho para a inclusão no campus em estudo, mas que existem profissionais comprometidos e abertos para as ações inclusivas direcionadas para uma formação integral de seus discentes.

Palavras-chave: acessibilidade; ações inclusivas; formação integral; NAPNEE; políticas afirmativas.

Introdução

A concepção de educação profissional e tecnológica é pautada na emancipação de seus indivíduos a partir das concepções do trabalho como princípio educativo e em uma formação educacional que permita uma completa leitura do mundo dos seus estudantes. Por este motivo, a educação profissional e tecnológica precisa ir além da lógica do ensino formal regular no intuito

a que

¹ Mestranda do PROFEPT (IFMG). Graduada em Gestão Pública (Uni-BH). Especialista em Gestão de Instituições Federais de Ensino Superior (UFMG). Gestora Pública no IFMG. camila.nogueira@ifmg.edu.br

² Doutora em Linguística e Língua Portuguesa e mestre em Educação (PUC-MG). Realizou estágio de pós-doutorado em Estudos da Linguagem (UFF). Professora do IFMG. glauucia.xavier@ifmg.edu.br

além de uma preparação técnica, as relações estabelecidas no ambiente escolar sejam também propícias para a cidadania e libertação dos discentes, com ou sem deficiência.

A educação profissional e tecnológica sempre esteve associada ao trabalho e ao fazer técnico e, por consequência, essa modalidade esteve, historicamente, relacionada à acentuação da exclusão de grupos específicos da comunidade escolar. Sabe-se luta por uma agenda voltada para execução de políticas inclusivas que vise uma educação profissional e tecnológica merece esforços, discussões, estudos e práticas aprofundadas para que se aprimorem as condições de ensino-aprendizagem dentro desses espaços. Vale lembrar que esforços são necessários para que os preceitos de equidade estejam sempre em consonância com a concepção de uma formação integral e emancipatória de seus indivíduos, tanto na sociedade quanto no trabalho.

Se, por outro lado, considerarmos um programa de educação profissional e tecnológica pelo paradigma inclusivista (portanto, atual), deveremos pautá-lo pelo conceito atual de empregabilidade, segundo o qual a empregabilidade resulta da somatória entre as qualidades laborais do aluno e as acessibilidades atitudinal, arquitetônica, metodológica, instrumental, comunicacional e programática da escola. (SASSAKI, 2010d, p.67-68).

Pode-se considerar que a inclusão escolar é parte integrante do processo ensino-aprendizagem de qualquer instituição de ensino, e pode ser compreendida como uma importante ferramenta para auxiliar a ação dos educadores dentro do ambiente escolar como um todo e não apenas dentro da sala de aula, e seu papel vai mais além de proporcionar ao educador ferramentas para facilitar a aprendizagem do aluno com necessidades especiais ou específicas. Muito mais do que isso, ela deve guiar o processo ensino-aprendizagem como um todo, considerando o protagonismo do aluno como elemento participante do seu próprio processo educacional com o intuito de se reconhecer como parte integrante do ambiente escolar.

Nesse sentido, este estudo tem abordado a inclusão escolar no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e procurado entender a lógica das ações inclusivas no âmbito do IFMG-Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Branco, por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – o NAPNEE para buscar compreendidas ações deste setor têm sido realinhadas junto às necessidades dos discentes, uma vez que o processo de inclusão é também um desafio para todas as instituições em EPT.

Esta investigação também tem procurado conhecer de perto o trabalho desse setor e os processos ali executados por meio de medidas educacionais inclusivas, a fim de superar a

exclusão e atenuar barreiras que comprometem o processo de ensino-aprendizagem, em um espaço de educação profissional e tecnológica. Além disso, ela está mapeando perfil dos alunos envolvidos nesse processo, bem como verificando se o planejamento dessas ações está em consonância às determinações legais vigentes, em relação à inclusão escolar, e se essas ações podem ser potencializadas para garantir o nível de eficiência desejável de modo a atender satisfatoriamente os alunos com necessidades especiais e específicas do IFMG- campus Ouro Branco.

Amplamente, esta pesquisa possui como objetivo auxiliar o NAPNEE do IFMG- campus Ouro Branco, na institucionalização de suas ações para aprimorar seu potencial de eficiência no processo de inclusão na instituição de ensino acima citada. Já como objetivos específicos, tem se preocupado em verificar as ações de inclusão do campus em estudo, por meio de pesquisa ação e participações diretas nas rotinas do NAPNEE, como reuniões e atendimentos, além de descrever o perfil de seus usuários, bem como investigar quais são as práticas de inclusão em outros NAPNEES do IFMG, e por fim, a pesquisa pretende posteriormente elaborar uma cartilha do NAPNEE, para institucionalizar as ações de inclusão do campus Ouro Branco.

Face ao exposto, e a perspectiva da inclusão na educação profissional e tecnológica como preparação e emancipação do indivíduo para sua vida laboral e social, este trabalho e suas análises, quando concluídas, poderão propiciar um novo olhar para a execução de ações em prol de políticas afirmativas no ambiente educacional de formação profissional e tecnológica, sobretudo no campus Ouro Branco. Para isso, este texto apresenta três seções: a primeira aborda conceitos sobre inclusão e EPT e do NAPNEE do IFMG – campus Ouro Branco, passando, em seguida, na segunda seção, para a metodologia e análise de dados deste estudo. Por fim, na terceira seção, o artigo apresenta as considerações preliminares da pesquisa em andamento e apresenta quais os próximos passos da investigação.

1 Inclusão na EPT: criação e institucionalização do NAPNEE do IFMG

A inclusão da pessoa com deficiência é um tema de grande relevância já que promove, segundo Ferreira (2007), a participação das minorias sociais em ambientes antes reservados apenas àqueles que se enquadravam nos ideários preestabelecidos e perversos de força, beleza, riqueza,

juventude, produtividade e perfeição. Assim, o tema vem ganhando espaço cada vez maior em debates e discussões que explicitam a necessidade de a escola atender às diferenças intrínsecas à condição humana (SILVEIRA; NEVES, 2006, p. 79). Para Costa (2009), as políticas educacionais de inclusão dos alunos com deficiência é uma questão de direito de cada indivíduo de estar em escolas que celebrem a diversidade, com a organização de um projeto nacional para uma escola que respeite as diferenças.

É possível afirmar que a educação inclusiva é um dos grandes desafios do ensino regular brasileiro, em virtude de uma herança excludente da educação brasileira, que pode ser explicado por alguns fatores como marcas latentes deixadas pelo período de escravidão que persistem nos dias atuais na forma de discriminação racial. Além disso, é ainda marcada pela desvalorização dos profissionais em educação, por governos evidenciados por baixos investimentos educacionais, e pela marginalização das pessoas com deficiência com a criação de instituições específicas para receber pessoas com deficiências.

Tendo em vista que a inclusão pode ser compreendida como um processo que procura incluir, em todas as modalidades de formação, todas as pessoas, independentemente de qualquer diferença ou característica que venham a apresentar, ela pode garantir para todos os indivíduos o acesso ao ensino e a permanência escolar de maneira democrática e eficiente. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (MANTOAN, 2003, p. 24).

Destarte, o processo de inclusão escolar é orientado pela ideia de que as instituições de ensino devem se adaptar para poderem incluir, em seus ambientes, pessoas com necessidades especiais e específicas, e não o contrário. Esse paradigma educacional inclusivo deve envolver esforços que possibilitem o reconhecimento da pluralidade estudantil que permeia as salas de aulas, criando as condições iniciais necessárias à elaboração de estratégias didáticas que considerem e respeitem as diferenças e os estilos de aprendizagem próprios de cada aluno.

É importante destacar que os termos exclusão e inclusão possuem aspectos dualistas, típicos de uma sociedade capitalista. Para Martins (2000), a inclusão somente pode ser vista como possibilidade para os excluídos, que vivem em uma sociedade excludente. Nesse sentido, segundo Mantoan (2003), a exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas

maneiras, por meio dos padrões de cientificidade do saber escolar, ou seja, por meio de uma pedagogia com tendência à homogeneização. No entanto, corre que a escola se democratizou, abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos e às novas maneiras de ensinar, o que acarretou uma massificação do ensino. Logo, esforços de superação devem ser buscados sempre que possível, para que todos os indivíduos sejam integrados em sua totalidade aos ambientes educacionais.

Um aspecto fundamental da inclusão diz respeito às questões relacionadas à acessibilidade, uma vez que esta é de extrema importância para que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito efetivo de frequentar, e permanecer, nos espaços formais de educação. Ela inclui uma mudança de paradigma e postura no âmbito dos espaços educacionais. Com isso, tratar da questão da acessibilidade implica transformar os sistemas e as políticas educacionais, as atitudes e práticas pedagógicas, a organização e funcionamento e ainda, a formação dos professores que estão envolvidos nesse processo, tendo como eixo central cada estudante e suas necessidades educacionais específicas (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

A oportunidade de executar políticas educacionais inclusivas pautadas nas dimensões da acessibilidade traz uma proposta diferente para dentro do processo de ensino-aprendizagem, na qual a instituição sai da zona de conforto e pode desenvolver sua finalidade formadora. (MANTOAN, 2003). Isso é relevante, pois a inclusão escolar é cíclica e dinâmica e suas discussões devem estar presentes todos os dias em qualquer instituição de ensino. Portanto, é preciso reconhecer e enaltecer os avanços até aqui sobre o assunto, mas é preciso principalmente de esforços orientados para que se transforme a legislação em ações efetivas na perspectiva de uma educação inclusiva inerente a qualquer processo escolar.

A concepção de que a relação entre educação e trabalho é indissociável vem sendo objeto de estudo há muitos anos, em virtude do caráter social inerente do ser humano. Dessa forma, o trabalho pode ser considerado como uma categoria essencialmente existente nas relações humanas, a qual a educação está inserida. As condições de trabalho e a práxis são condições essenciais para a construção do conhecimento, razão pela qual essa relação é tão importante para a compreensão da própria espécie humana.

De acordo com essa visão, a educação escolar deveria se pautar na possibilidade de integração entre os conhecimentos científicos e técnicos, sobre os quais ocorre uma reconstrução de

processos e técnicas baseados nos sistemas de produção em cada momento histórico-social. Dessas concepções, surgiu a ideia de uma educação profissional e tecnológica, preferencialmente no ensino médio, como meio de alcance da politecnicidade, e a autonomia dos sujeitos a ela inseridas perante a dualidade do capital. Assim, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se realizar a travessia para uma nova realidade (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 43).

A educação profissional e tecnológica possui como finalidade a preparação de estudantes para o exercício de profissões de caráter técnico, para que esses possam ser inseridos aptamente no mercado de trabalho e na vida em sociedade. Os conteúdos devem estar estritamente articulados para que possa ocorrer um alinhamento entre os conteúdos propedêuticos de uma formação cidadã e os conhecimentos técnicos de cada profissão a que se destina. Os artigos 37, 39, 41 e 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) trataram especificamente da EPT e propôs que a educação profissional integrasse os diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Os cursos poderiam ser organizados por eixos tecnológicos; assim, possibilitariam a construção de diversos itinerários formativos – um aperfeiçoamento do aluno na área escolhida.

Diversas são as legislações que tratam tanto da temática de inclusão, quanto a educação profissional e tecnológica no Brasil. No entanto, como esta pesquisa traz um recorte do processo de inclusão no contexto da EPT, o seu enfoque está nas ações direcionadas na relação da inclusão na rede federal de ensino. O Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TecNep) do Governo Federal, do ano de 2001 trouxe inovações para a EPT ao tratar de políticas inclusivas e a exigência de estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (IFES) previstos pelos Decretos nº 6.571/2008 e nº 7.611/2011. Como um dos desdobramentos dessas ações é possível destacar a obrigatoriedade da estruturação desses Núcleos como forma de se avançar nas questões de inclusão nos espaços educacionais em EPT no Brasil.

No caso específico do IFMG como um todo, de acordo com o Relatório de Gestão de 2016, a criação dos NAPNEE foi uma ação institucional com o objetivo de estabelecer uma política voltada para a inclusão plena dos campi do Instituto, através de resolução específica conforme trata o texto a seguir:

Criação da Resolução N° 22, de 03 de novembro de 2016, que dispõe sobre a regulamentação, funcionamento e atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEE do IFMG. O anexo desta Resolução trata das disposições gerais dos referidos núcleos, bem como de sua natureza e finalidade, atribuições, constituição e organização, atribuições dos membros, além de seu funcionamento e condições básicas. (IFMG, 2016, p. 55).

Desta forma, é possível compreender que IFMG, passou a se organizar sistematicamente para as ações de inclusão após a promulgação da Resolução nº 22/2016, que regulamentou e disciplinou a organização, o funcionamento e as atribuições dos NAPNEE, a serem implantadas em todos os campi do IFMG.

O NAPNEE tem por missão promover a convivência, o respeito à diferença e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais na instituição e no espaço social mais amplo, de forma a efetivar os princípios da educação inclusiva. (IFMG, 2016, art. 4º).

O NAPNEE é um órgão de assessoramento, ligado a Pró-Reitoria de Ensino do IFMG. No campus Ouro Branco, o núcleo está ligado à Diretoria de Ensino, e é responsável por articular as ações de inclusão, acessibilidade e atendimento educacional especializado (AEE). Ele é formado por uma equipe multidisciplinar, composta por uma coordenação e por membros colaboradores com participação aberta para toda a comunidade acadêmica. O núcleo atua de forma colegiada para que os seus alunos sejam incentivados a superar desafios no processo de ensino-aprendizagem e alcançar suas metas.

Além do atendimento e acompanhamento dos alunos com necessidades especiais específicas e demandas das instituições, o NAPNEE precisa, também desenvolver atividades de cunho inclusivo com o intuito de trazer informação e formação para a comunidade escolar e acadêmica do campus. De acordo com a Resolução nº 22/2016 (IFMG, 2016), o NAPNEE deve atender um grupo específico de alunos diagnosticados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (incluindo aqui alunos com transtorno do espectro autista), altas habilidades e/ou superdotação além do atendimento para os alunos com distúrbios de aprendizagem ou que apresentam necessidades educacionais específicas provisórias, como é o caso de alunas gestantes.

A atuação do Núcleo é de extrema importância para a implementação de ações inclusivas e de acessibilidade no âmbito dos campus do IFMG, uma vez que este é o setor responsável pela identificação e acompanhamento dos discentes com deficiência, e deve ser o setor responsável

pelas estratégias e implementações das ações afirmativas e de inclusão para os alunos com deficiência e em todo o ambiente escolar.

A promulgação da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 que alterou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, também interferiu diretamente nas ações inclusivas das instituições de ensino da rede federal, como o IFMG. A referida lei foi sancionada após a criação dos Núcleos, e tem como objetivo estender a reserva de vagas nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino para as pessoas com deficiência. Antes disso, a reserva de vagas, por meio de cotas, era direcionada apenas para os candidatos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. Esse novo formato poderá aumentar o número de alunos com deficiência nos campus do IFMG, o que reforça ainda mais a importância da atuação e organização do NAPNEE para o avanço e fomentos de políticas e ações inclusivas no contexto do IFMG.

Como se viu nessa primeira seção do trabalho, a inclusão escolar ganhou grande visibilidade, em meio a avanços e retrocessos, a partir da instituição de diversas políticas educacionais inclusivas a partir da década de 1990. Além do mais, a inclusão passou a ser difundida e promovida em diversas modalidades de educação, inclusive na educação profissional e tecnológica. No caso específico do IFMG, a criação e fortalecimento de um setor específico para tratar das pessoas com deficiência, que é o caso do NAPNEE, trouxe um novo paradigma educacional para a instituição com um olhar voltado para a escola inclusiva em EPT, inclusive no campus Ouro Branco, que é o foco deste estudo cuja metodologia e análise de resultados serão tratadas na seção a seguir.

2 Metodologia e análise de dados

Esta seção dedica-se a descrever os caminhos percorridos, e a se percorrer, sobre o estudo da inclusão no âmbito IFMG - campus Ouro Branco a partir do NAPNEE, compreendido aqui como ação inclusiva, e a análise de como este setor pode melhorar eficientemente o seu campo de atuação. Dessa forma, esta investigação priorizou a técnica da pesquisa ação, pois se entende que ela envolve participantes conduzindo inquéritos sistemáticos com a finalidade de ajudá-los a melhorar as suas próprias práticas, que por sua vez, podem também melhorar o seu ambiente de

trabalho e os ambientes de trabalho das pessoas que fazem parte dela (KOSHY; KOSHY; WATERMAN, 2010).

A pesquisa encontra-se em andamento desde fevereiro de 2019. A sua primeira ação, que inspirou a realização do presente estudo, foi apresentar o projeto aprovado no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) para Direção Geral do campus Ouro Branco, bem como para o NAPNEE em seus membros. Feito isso, de maneira voluntária, uma das autoras passou a integrar a composição do núcleo com o intuito de participar de reuniões e coletar dados e informações do setor. De fevereiro até maio de 2019, foram realizadas quatro reuniões, as quais as pautas se concentraram na mudança de coordenação e recomposição dos membros e da reestruturação do setor, além da reformulação da política de atendimento com a expansão do número de alunos matriculados no campus, que cresceu consideravelmente desde a criação do NAPNEE, no ano de 2016, até os dias atuais.

O número de alunos atendidos pelo NAPNEE, apesar de ter acompanhado a tendência crescente do número de alunos matriculados, ainda é bastante tímido ao se comparar o universo total de alunos. Atualmente, o NAPNEE atende menos de 10% dos alunos totais matriculados. Um dos gargalos discutidos em reunião é aprimorar a organização do setor para que os discentes com alguma necessidade educacional específica se sintam motivados a procurar o núcleo para acolhimento e atendimento de suas demandas. As percepções até o momento apontam para a necessidade de uma reformulação na política de identidade do setor, para que ocorra uma aproximação com a comunidade escolar como um todo.

Nas reuniões que a pesquisadora participou, os membros do Núcleo relataram alguns dos avanços, desde três anos de criação do setor, bem como a necessidade de mais recursos humanos e materiais para auxiliar os alunos matriculados nos cursos técnicos e de graduação, e nos processos acadêmicos. A ausência de uma Sala de Recursos e de acompanhante pedagógicos para os alunos atendidos tem interferido de maneira direta nas ações de inclusão desenvolvidas. Outro importante levantamento apontado nos encontros referiu-se a necessidade de se executar ações diretas de aperfeiçoamento e acompanhamento pedagógico para os docentes do campus para aprimorar a inclusão no processo de ensino-aprendizagem dos alunos atendidos pelo NAPNEE. Além disto, a coordenação do setor lembrou da necessidade de permanente diálogo com a Direção-Geral e os demais setores do campus, uma vez que a integração é de fundamental

importância para o avanço da inclusão na instituição.

A baixa participação dos servidores para a composição do núcleo também foi apontada como dificuldade para o avanço dos trabalhos do setor. No ano letivo de 2018, o núcleo era composto por apenas nove servidores, sendo apenas quatro professores e cinco técnicos administrativos. No mês de março desse ano, o NAPNEE fez um convite a todos os servidores do campus para participarem das atividades do Núcleo em 2019. O setor entende que participação de um grupo heterogêneo de servidores colabora para o fortalecimento das ações desenvolvidas, visto que serão diferentes olhares voltados para um único objetivo: a inclusão efetiva das pessoas com deficiência nos processos educativos e, conseqüentemente, na sociedade. De lá pra cá, o grupo foi reformulado e atualmente consta como 17 membros, o que foi considerado um avanço para o histórico de participações na composição do Núcleo.

A percepção que o NAPNEE não é o único setor responsável pelos processos de inclusão na escola tem sido consensual entre os membros, mas esta pesquisa entende que o setor é estratégico para articular os diversos setores da Instituição nas atividades relacionadas à inclusão e orientá-los na definição de prioridades de ações, na aquisição de equipamentos e softwares de tecnologia assistiva e outros materiais didático-pedagógicos a serem utilizados nas práticas educativas. Por isso, o seu fortalecimento é crucial para que as ações inclusivas do campus sejam institucionalizadas não apenas no setor, mas sim na instituição como um todo.

A pesquisa tem utilizado também, como instrumento, a análise documental que constitui uma técnica importante para a complementação de informações, para entender o processo de institucionalização do setor até aqui. Essa técnica possibilitará identificar o percurso histórico do NAPNEE, bem como a trajetória, as diretrizes e as estratégias de implementação de ações inclusivas no âmbito do IFMG e não apenas do campus Ouro. A análise documental poderá explorar: documentos institucionais, Estatutos, Regimentos, Resoluções, Atas de Reuniões, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), programas, legislações e planos dos cursos do campus em estudo.

Com o intuito de analisar o comportamento de outros indivíduos envolvidos no processo da inclusão do campus Ouro Branco, a pesquisa pretende também entrevistar alunos sem deficiência, para tentar relatar as experiências variadas com foco nas relações baseadas na diversidade. Após isso, a pesquisa irá interpretar, criteriosamente, como estes

sujeitos podem contribuir para a melhor inclusão dos alunos com deficiência, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem também perpassa pelas relações interpessoais de convívio no ambiente escolar.

Como a escolha da metodologia da pesquisa-ação visa trazer a mudança a contextos específicos, a pesquisa resultará a elaboração de um produto educacional, em formato de cartilha, que irá conter ações de institucionalização com vistas ao aprimoramento das atividades exercidas pelo NAPNEE, para que este possa melhorar sua atuação e organização nas políticas de inclusão. Além do mais, esse produto educacional pretender divulgar as próximas ações do referido setor para que sua atuação seja consolidada perante a comunidade escolar. A cartilha será impressa e entregue para os mesmos participantes do processo metodológico da pesquisa para que se possa mensurar se de fato, após a sua implementação, o NAPNEE elevou sua eficiência de atuação dentro do IFMG – campus Ouro Branco. Além do mais, a cartilha poderá contribuir para que as ações realizadas no NAPNEE possa servir de referência para outros Núcleos e instituições enquanto política de inclusão no contexto da educação profissional e tecnológica.

3 Considerações Preliminares e próximos passos da investigação

Até o momento, esta pesquisa tem considerado a hipótese de que NAPNEE ainda não consegue expandir suas inclusivas em virtude da falta de uma política de gestão consolidada perante os discentes do campus Ouro Branco. O que ocorre é que, devido a sua organização recente, muitos avanços precisam ser fomentados para maior aumento de sua eficiência no campus em questão. Apesar da Resolução nº 22/2016 ter significado um importante marco legal para a implementação do NAPNEE do campus Ouro Branco, internamente, há ainda uma ausência de procedimentos institucionais que auxiliem na organização e execução das atividades e funções do setor nos procedimentos diários no contexto do processo de ensino e aprendizagem.

Desta forma, pretende-se aprofundar os estudos dentro do NAPNEE do IFMG – campus Ouro Branco para propor medidas institucionais com o intuito de promover e desenvolver ações de inclusão para sua comunidade acadêmica. No entanto, a falta de um diagnóstico real das demandas dos seus usuários com necessidades especiais e específicas pode ter afetado os avanços para um desenvolvimento efetivo. O NAPNEE do campus Ouro Branco, tem tentado se

organizar de maneira sistematizada para incentivar, mediar e facilitar no processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades especiais e específicas no sentido de atender a legislação vigente e a comunidade escolar.

Além do mais, a pesquisa irá propor alternativas voltadas para a gestão das ações inclusivas do campus em estudo, como a elaboração de um produto educacional em formato de cartilha, a fim de colaborar com a organização, o funcionamento e os processos na direção de um aprimoramento de suas atividades, e, por conseguinte, a solidificação da inclusão do campus. Conforme se viu na segunda seção, os roteiros para a constituição dessa pesquisa ocorrerão a partir da efetiva participação no cotidiano de trabalho no Núcleo em estudo. Em relação aos procedimentos, a investigação fará um estudo sistemático das rotinas e procedimentos organizacionais do setor e realizará entrevistas semiestruturadas com os alunos e servidores com necessidades especiais e/ou específicas atendidos pelo setor em questão, e terá como base os objetivos propostos pela pesquisa, através de escuta atenciosa das falas com o intuito de obter mais informações do suporte realizado pelo NAPNEE.

Esse estudo procurará também compreender as concepções dos professores, equipe pedagógica, servidores no geral e direção geral acerca do NAPNEE, verificando se elas estão em consonância com os a missão do referido setor. Objetiva-se também identificar a visão que os usuários possuem do setor, a forma como o acolhimento inicial tem sido executado no contexto do NAPNEE, comprometendo a sua eficácia enquanto espaço democrático de discussão, reflexão e revisão do fazer pedagógico, tendo como objeto último a valorização da inclusão capaz de diminuir as barreiras excludentes do processo ensino-aprendizagem e contribuir para a emancipação dos alunos e demais usuários com necessidades educacionais específicas.

Para tanto, essa pesquisa traçará um diálogo com setores estratégicos que se relacionam diretamente com o NAPNEE, como a Diretoria de Administração e Planejamento, o Núcleo de Atendimento aos Educadores e Educandos – NAEE, a Diretoria de Ensino, e suas respectivas gerências, para compreender como ações do NAPNEE se desdobram no contexto diário das demandas escolares. Após a conclusão dos procedimentos de pesquisa (levantamentos documentais e bibliográficos, e aplicação de entrevistas semiestruturadas), a pesquisa desenvolverá, como produto educacional, uma cartilha que institucionalizará os processos e fluxos do setor mencionado. Esta cartilha contemplará conceitos, práticas e formulários no

sentido de padronizar, fomentar e auxiliar no processo de execução das ações afirmativas no IFMG – campus Ouro Branco.

Por fim, é possível afirmar que este estudo evidenciou algumas dificuldades do NAPNEE do IFMG – campus Ouro Branco tem encontrado para pensar e criar estratégias com vista a garantir o aprendizado e a permanência dos alunos com deficiência no ambiente escolar. No entanto, o setor tem se preocupado em reformular suas ações inclusivas, e para tanto tem organizado com reuniões constantes para o planejamento e redefinições de suas atividades. É perceptível que os servidores atuantes no Núcleo estão comprometidos com a questão da inclusão no referido campus, mas ainda há um longo caminho para se percorrer.

Referências

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10436 de 24 de abril de 2002. *Diário Oficial da União*, Brasília: 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 24 out. 2018

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília: 29 dez. 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 23 out. 2018

BRASIL. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso: 02 nov. 2018.

BRASIL. Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de

2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 dez. 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1>. Acesso: 04 nov. 2018.

DE SALAMANCA, Declaração. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

GUIMARÃES, Tânia Magra (Org.). *Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de da Educação de Minas Gerais, 2002.

KOSHY, E.; KOSHY, V.; WATERMAN, H. *Action research in healthcare*. Sage, 2010

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Trad. de Magda F. Lopes et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SAVIANI, Demerval. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 12, n. 32, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SAVIANI, Dermeval. *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*. In: FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felicias R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.